



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2025
DISPENSA PRESENCIAL Nº 018/2025
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE PASSA VINTE/MG, com endereço na Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, Passa Vinte/MG, CEP: 37.330-000, CNPJ 18.338.210/0001-50, torna público que, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL** nos termos Artigo nº. 75, inciso II da Lei nº. 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">• Início do recebimento da proposta: 25/04/2025 às 08h00min• Data limite de envio das propostas adicionais: 30/04/2025 às 14h00min
REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:	<ul style="list-style-type: none">• HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
ENDEREÇO:	<ul style="list-style-type: none">• Praça Major Francisco Cândido Alves, número 150, Centro, Passa Vinte -MG, CEP 37.330-000 - Setor de protocolo da prefeitura (forma física) ou no• Endereço eletrônico propostas@passavinte.mg.gov.br
LINK DO EDITAL:	<ul style="list-style-type: none">• www.passavinte.mg.gov.br

1 - DO OBJETO:

1.0 Constitui objeto desta Dispensa de Licitação a Contratação de empresa prestadora de serviços especializados em Medicina e Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional, a fim de elaborar o Programa de Gerenciamento de Risco - PGR, o Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP, Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade - LTIP, elaborar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional PCMSO e seus possíveis desdobramentos e Laudo Técnico das Condições Ambientais no Trabalho – LTCAT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Nº Item	Cód.	Descrição	Und.	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Tot.
0001	2480	SERVIÇOS - Elaboração, atualização e acompanhamento de Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT, descrito no artigo 58 da Lei 8.213/1991, de acordo com os cargos e funções para cada setor – Elaborar o LTCAT por meio de documento que identifique e ateste a existência de	Serviço	1	2.433,33	2.433,33

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00
Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

		agentes nocivos, com potencial de comprometer a saúde e a integridade física e mental dos servidores, ou ainda, que possa colocá-los em situação de risco; – Registrar todas as condições ambientais de trabalho do servidor e identificar os riscos ambientais existentes, os agentes nocivos e sua concentração, bem como as medidas de prevenção que deverão ser adotadas;				
0002	2483	SERVIÇOS - Elaboração, atualização e acompanhamento do PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais: Deverá ser elaborado de acordo com a nova Norma Regulamentadora 01 – NR 01, da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho e Secretaria do Trabalho. O documento deve ser apresentado de forma impressa e digital, devendo estar separado por setores. Compreendendo as seguintes medições: Medição de Calor – IBUTG. Medição de Dosimetria de Ruído. Medição de Agentes Químicos. Medição de Vibração VMB – Vibração de mãos e braços. Medição de Vibração VCI – Vibração de corpo inteiro	Serviço	1	3.266,67	3.266,67
0003	2481	SERVIÇOS - Elaboração de LIP - Laudo de Insalubridade e de Periculosidade. - Elaborar LTIP com o objetivo de averiguar as condições do ambiente do trabalho afim de determinar se o mesmo é insalubre ou perigoso, além de comprovar os riscos existentes para evitar passivo trabalhista. - Determinar através da elaboração do LTIP se há necessidade ou não do servidor receber o adicional de insalubridade ou periculosidade, assim como o grau de exposição do servidor. - No adicional de insalubridade, deverá ser apontado quais atividades ou agentes insalubres existem local de trabalho, como prevê a NR-15, - Analisar e quantificar os níveis de exposição, que na maioria dos casos, não estão evidentes: Grau Máximo –	Serviço	1	2.966,67	2.966,67

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00
Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

		40% Grau Médio – 20% Grau Mínimo – 10% - Oferecer alternativas para eliminar situações insalubres, visando minimizar ou neutralizar a exposição do colaborador a agentes nocivos através de medidas, como por exemplo, equipamento de proteção individual (EPI) adequados, treinamentos e capacitações.				
0004	2485	SERVIÇOS - Elaboração de PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) feito de forma individualizada de acordo com as regulamentações vigentes; Criar todo o histórico-laboral do trabalhador e reunir entre outras informações, dados administrativos, registros ambientais e resultados de monitoração biológica durante todo o período de vigência do contrato;	Serviço	20	68,33	1.366,60
0005	2604	SERVIÇOS - Elaboração do PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, completo, de acordo com as Normas Regulamentadoras, com base nos riscos ocupacionais identificados e classificados pelo Programa de Gerenciamento de Riscos- PGR; – O PCMSO deve incluir a avaliação do estado de saúde dos empregados em atividades críticas, considerando os riscos envolvidos em cada situação e a investigação de patologias que possam impedir o exercício de tais atividades com segurança; – O PCMSO deverá garantir que: a) Descreva os possíveis agravos à saúde relacionados aos riscos ocupacionais identificados e classificados no PGR; b) Contenha planejamento de exames médicos clínicos e complementares necessários, conforme os riscos ocupacionais identificados; c) Contenha os critérios de interpretação e planejamento das condutas relacionadas aos achados dos exames médicos; d) Seja conhecido e atendido por todos os médicos que	Serviço	1	2.400,00	2.400,00



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

		realizarem os exames médicos ocupacionais dos empregados;				
--	--	-----------------------------------------------------------	--	--	--	--

2- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder Executivo Municipal de Passa Vinte - MG, para exercício de 2025, na classificação abaixo:

3.3.90.39.00.2.01.00.04.122.0002.2.0006 1.500.000 DESENVOLVIMENTO ATIVIDADES GABINETE E SECRETARIA

3 – DA PARTICIPAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Poderão participar desta licitação **peessoas jurídicas que possuam objeto social compatível com o objeto licitado.**

3.1.1 - A PARTICIPAÇÃO DO FORNECEDOR NA DISPUTA DA PRESENTE DISPENSA PELO VALOR SE DARÁ COM O ENVIO DE SUA PROPOSTA NA FORMA DESTE EDITAL

3.2 - Não poderão participar do presente certame a empresa:

3.2.1 - Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com a administração durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.2 – Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou ate que seja promovida sua reabilitação;

3.2.3 - Empresa impedida de licitar e contratar, durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.4 – Empresa proibida de contratar com o Poder Público, me razão do disposto no art 72, § 8, V, da lei nº 9.605/1998;

3.2.5 - Empresa poibida de contratar com o poder público, nos termos do art 12 da lei nº 8.429/1992;

3.2.6 – Quaisquer interessado enquadrados nas vedações previstas no art 9º, § 1º, da lei 14.133/2021.

3.2.6.1 - Entende-se por “participação indireta” a que alude o art 9º §1º, da lei nº 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento tecnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processolicitatorio.

3.2.7 – Sociedade estrangeira nao autorizada a funcionar no Pais;

3.2.8 – Empresa cujo estatuto ou contrato social nao seja pertinente e compativel com o objeto;

3.2.9 - Empresa que encontre em processo de dissolução ou falência;

3.2.10 - Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00
Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

3.3. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

4 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

4.1 - Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

4.1.1 - Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, **esta será de 180 (cento e oitenta) dias** corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado (s) de Capacidade Técnica.

4.2 - Documentos que deverão ser apresentados relativos à **habilitação jurídica**.

4.2.1 - Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

4.3 - Documentos que deverão ser apresentados relativos à **Regularidade Fiscal e Trabalhista**:

4.3.1 - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**);

4.3.2 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

4.3.3 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**;

4.3.4 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**;

4.3.4.1 - Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

4.3.5 - Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**;

4.3.6 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**);



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

4.3.7 - A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

4.3.7.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

4.3.7.2 - A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 90, §5º da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

4.3.8 - Cópia da Cédula de Identidade dos sócios da empresa ou dos representantes das entidades (RG).

4.4 - Documentos que deverão ser apresentados relativos à **Qualificação Econômica e financeira:**

4.4.1 - Certidão Negativa de Falência e Concordata/Recuperação Judicial e Extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da Comarca da licitante, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias para sua apresentação.

4.5 - Documentos que deverão ser apresentados relativos à **Qualificação Técnica e declarações:**

4.5.1 - Apresentação de um ou mais atestados ou certidões de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante tenha fornecido com regularidade o serviço na descrição do objeto;

4.5.2 - Registro no CNES (Cadastro Nacional de Empresas de Saúde);

4.5.3 - Comprovação de o proponente possuir em seu quadro de funcionários ou como prestador de serviços, na data prevista para entrega da proposta, de pelo menos 01 (um) profissional especializado em Segurança do Trabalho e um Médico do Trabalho, com vínculo empregatício ou contratual;

4.5.3.1 - A comprovação de vínculo do profissional com o licitante poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

4.5.3.1.1 - Carteira de trabalho e previdência social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante;

4.5.3.1.2 - Contrato social do licitante, em que conste o profissional como sócio;

4.5.3.1.3 - Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum;

4.5.3.1.4 - Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada da anuência do profissional.

4.5.4 - A empresa deverá fornecer comprovação de que seus profissionais estão registrados nos conselhos competentes, como o CRM (Conselho Regional de Medicina) para médicos do trabalho e



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) para engenheiros, entre outros.

4.5.5 - Apresentação de declaração formal de que tem disponibilidade no atendimento de todas as exigências técnicas mínimas da contratação em referência, relativas a instalações, equipamentos e pessoal técnico especializado, conforme necessidade do serviço.

4.5.6 - As empresas deverão apresentar, ainda, declaração de que possuem pleno conhecimento do objeto e da prestação do serviço, e que assumem total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante, relativamente ao objeto da Dispensa; **(conforme modelo anexo IV);**

4.5.7 - Declaração para fins do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos; **(conforme modelo anexo IV);**

4.5.8 - Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis; **(conforme modelo anexo IV);**

4.5.9 - Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos Inciso IV, do Artigo 63, da Lei n. 14.133/2024; **(conforme modelo anexo IV);**

4.5.10 - Declaração de que as propostas econômicas compreendem a Integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do §1º do Artigo 63, da Lei n. 14.333/2021; **(conforme modelo anexo IV);**

4.5.11 - Declaração da própria empresa de que não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Municipal exercendo funções de gerência ou administração, conforme Artigo 1º, inciso X, da Lei Complementar Estadual nº 04/1990, ou servidor do Órgão/Entidade contratante em qualquer função, nos termos do Artigo 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021; **(conforme modelo anexo IV);**

4.5.12 - Declaração de que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o Órgão/Entidade contratante; **(conforme modelo anexo IV);**

4.5.13 - Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV do Artigo 1º e no Inciso III, do Artigo 5º, da Constituição Federal, bem como no Artigo 14, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021. **(conforme modelo anexo IV);**

4.5.14 - Declaração da empresa de que esta não foi declarada inidônea para contratar com o poder público, nos termos do Inciso IV, do Artigo 156, da Lei Federal 14.133/2021, conforme modelo **(conforme modelo anexo IV);**

4.5.15 - Declaração de que é ME, EPP ou MEI e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, Artigo 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e está apto a usufruir do tratamento estabelecido



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

no Artigo 43, da Lei Complementar Federal nº 123/2006; (conforme modelo anexo IV);

5 – DAS PROPOSTAS:

5.1- A Proposta poderá ser entregue no setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Passa Vinte, após ser protocolada, sito a **Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, Passa Vinte-MG, CEP 37.330-000**, ou enviada através do e-mail propostas@passavinte.mg.gov.br até o dia 30/04/2025 às 14h00min.

5.1.1 - A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

- a) Nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual;
- b) Número do Processo e do Pregão;
- c) Descrição do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações do Anexo I deste Edital;
- d) Preço unitário, total e global do objeto, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos, em caso de divergência entre os valores propostos serão considerados os valores unitários. O preço global da Proposta deverá ser escrito em algarismos e por extenso.
- e) Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;
- f) A moeda a ser utilizada na proposta deverá ser a nacional, porém, somente será aceito o uso de duas casas decimais após a vírgula (R\$ 0,00).
- g) Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias.

5.2- As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.

5.3- Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital, devendo obedecer ao valor estipulado pela administração.

5.4 – O envelope de Habilitação deve conter todos os itens contidos nas Cláusulas 4, 4.1 e 4.2.

6 – DA PROPOSTA DE PREÇO

6.1 - A Proposta de Preço deverá ser elaborada conforme modelo em anexo a está Minuta e entregue através de uma via impressa devendo ser datada e assinada na última folha e rubricada nas demais ou enviada pelo email propostas@passavinte.mg.gov.br.

6.1.1 - No campo DADOS BANCÁRIOS a empresa proponente deverá informar os dados bancários para posterior transferência bancária, importando a omissão em possível dificuldade por parte do município em efetuar o pagamento devido ou em documento idêntico elaborado pela licitante, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e nela deverão constar:

6.1.1.1 - Identificação social, número do CNPJ, assinatura do representante da proponente,

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00
Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

referência a esta licitação, número de telefone, endereço, dados bancários e número de fax;

6.1.1.2 - Descrição clara e detalhada dos itens cotados, de acordo com as especificações desse termo;

6.1.1.3 - Indicação do prazo de validade da Proposta Comercial, contado da data de sua entrega ao Agente de Contratação que será de no mínimo 60 dias presumida na forma da lei;

6.2 – Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta e caso persista o interesse da Prefeitura Municipal de Passa Vinte, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

6.3 - Os prazos poderão ser prorrogados, mantidas as demais condições desta contratação e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no parágrafo primeiro do art.92 inciso XI da Lei nº 14.133/21, devidamente autuado em processo.

6.4 - Na fase de classificação e conformidade, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

6.5 - Caso a licitante não aceite as correções, sua proposta comercial será desclassificada.

6.6 - A simples apresentação da proposta implica que os preços ofertados incluem todos os custos e despesas, necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, impostos, materiais, equipamentos, serviços, encargos sociais, fiscais e trabalhistas, seguros, lucro, entrega dos itens além de quaisquer outros aqui não elencados e que atende a todas as características deste Edital e seus anexos inclusive quanto à qualidade, quantidades e prazos e validade da proposta comercial de no mínimo 60 dias presumida na forma da lei;

7 - CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO:

7.1. Encerrada a fase de envio das propostas, a comissão em momento oportuno fará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

7.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas

7.3 - Neste caso, poderá ser encaminhada contraproposta ao interessado que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

7.4 - A negociação poderá ser feita com os demais interessados classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

7.5 - Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa.

7.6 - Estando o preço compatível, se necessário, será solicitado o envio de documentos complementares, adequada ao último lance.

8 – DA HABILITAÇÃO:

8.1 - Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam nas Cláusulas 4, 4.1 e 4.2 desse termo e no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA deste aviso e serão solicitados do interessado mais bem classificado após o encerramento da fase de envio das propostas.

8.2 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do interessado detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros.

8.2.1 - Consultar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade e de impedimento.

8.3 - Constatada a existência de sanção, o interessado será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o interessado será convocado a encaminhá-los, por e-mail, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

8.5 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.6 - O interessado enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123 de 2006, estará dispensado:

- a - da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;
- b - da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.7 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

8.8 - Será inabilitado o interessado que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

8.8.1 - Na hipótese de o interessado não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

8.9 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o interessado será habilitado.

9– DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

9.1 – Os serviços serão prestados de acordo com a demanda do Departamento solicitante.

9.2 - Após a autorização da dispensa, o futuro contratado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o TERMO DE CONTRATO OU OUTRO INSTRUMENTO, cuja vigência será até dia 31 de dezembro de 2025, a contar da data de assinatura do contrato, podendo, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/21, ser prorrogado por interesse das partes, respeitado o limite da dispensa pelo valor, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

10 - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2 - O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021;

11 - DO PAGAMENTO

11.1 - O pagamento será efetuado pela contratante EM ATÉ 30 DIAS APÓS a apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente.

11.2 - Para realização dos pagamentos, o licitante vencedor deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante a vigência de todo processo;

11.3 - A Nota Fiscal deverá ser emitida pela empresa vencedora da licitação, se a vencedora for a matriz a Nota Fiscal deverá ser emitida pela matriz, se for a filial a Nota Fiscal deverá ser emitida pela filial, sob pena de devolução da Nota Fiscal e o não pagamento da mesma.



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

11.4 - Caso haja quaisquer problemas na emissão da(s) nota(s), a(s) mesma(s) deverá (ao) ser trocada(s) e o prazo para pagamento só passa a contar a partir da data de sua correta reapresentação.

11.5 - No caso de aplicação de alguma multa o pagamento ficará sobrestado até a integral quitação da mesma. A contratante poderá, se assim entender, descontar o valor de multas por ventura aplicadas, em quaisquer pagamentos que realizar à contratada.

12- DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

12.1 - DA CONTRATADA

12.1.2 - Executar o(s) serviço(s) dentro dos padrões de qualidade;

12.1.3 - Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do serviço contratado;

12.1.4 - O(s) serviço(s) quando cabível(is) necessitam estar de acordo com as normas técnicas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (NBR) e demais Normas Internacionais certificadas pela ABNT ainda, atender a legislação pertinente, as de preservação do meio ambiente: Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, MINISTÉRIO DA SAÚDE - MS/ANVISA e Lei Federal nº 8.078, de 11/09/1990;

12.1.5 - Observar os princípios de sustentabilidade em consonância com art. 3º do Estatuto das Licitações, e observar as normas do INMENTRO quando cabível;

12.1.6 - Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços, dos produtos e materiais utilizados quando necessário, substituindo ou refazendo os serviços que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes desta Minuta, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive a rescisão contratual;

13- DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

13.1 - A CONTRATADA responderá por todo e qualquer dano provocado à Administração, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelos fiscais, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação;

13.2 - Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pela Administração, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pela CONTRATADA, de obrigações a ele atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, a pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela Administração a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

processuais, honorários advocatícios e outros;

13.3 - Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da Administração, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pela CONTRATADA, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento a Administração, mediante a adoção das seguintes providências:

- a) dedução de créditos da CONTRATADA;
- b) medida judicial apropriada, a critério da Administração.

14 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

14.1 - Emitir Ordem de Serviço;

14.2 - Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições estabelecidas;

14.3 - Rejeitar todo serviço e qualquer material de má qualidade e em desconformidade com as especificações desta Minuta;

14.4 - Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução do objeto, se não abordadas no termo de referência.

15 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

15.1 - FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO

15.1.1 - O gerenciamento da contratação caberá ao Diretor do Departamento de Recursos Humanos, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos e atuará como fiscal, que zelará pela fiel execução do contrato, em consonância com as especificações desta Minuta e do Termo de Referência, tomando as providências cabíveis no caso de descumprimento, parcial ou total, das condições pactuadas;

15.1.2 - Ficam reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos e tudo o mais que se relacione com o objeto, desde que não acarrete ônus para o Município, ou modificação da contratação;

15.1.3 - As decisões que ultrapassarem a competência do Gestor do Contrato deverão ser solicitadas formalmente pela contratada à autoridade administrativa imediatamente superior ao Gestor, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes;

15.1.4 - A contratada deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela gestão e fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades;

15.1.5 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta,



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e art. 120 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021;

15.1.6 - O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, idicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16 – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1- A aplicação de penalidade à licitante reger-se-á conforme o estabelecido no “Título IV”, “Capítulo I” da Lei Federal n.º 14.133/2021;

16.2. Nos termos do Art. 155 da Lei Federal n.º 14.133/2021 o licitante ou contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

16.2.1- dar causa à inexecução parcial do contrato;

16.2.2- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.2.3- dar causa à inexecução total do contrato;

16.2.4- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

16.2.5- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

16.2.6- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.2.7- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

16.2.8- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

16.2.9- Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.2.10- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.2.11- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetos da licitação;

16.2.12- praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;

16.3- Nos termos do Art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021 serão aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

16.3.1- Advertência;

16.3.2- Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 02 (dois) dias úteis, caracterizando a inexecução parcial do mesmo

16.3.3- Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato pela inadimplência além do prazo de 02 (dois) dias úteis, caracterizando a inexecução total do mesmo;

16.3.4- Impedimento de licitar e contratar.

16.3.5- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

16.4- Impedimento de licitar e contratar.

16.4.1- a natureza e a gravidade da infração cometida;

16.4.2- As peculiaridades do caso concreto;



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

- 16.4.3- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 16.4.4- Os dados que dela provierem para a Administração Pública;
- 16.4.5- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- 16.5- As demais orientações ou normas pertinentes às infrações e sanções administrativas seguirão em conformidade com os Arts. 155 a 163 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

17 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1 - Poderá o Município revogar o presente a dispensa, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

17.2 - O Município deverá anular o presente Edital de Dispensa, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

17.3 - A anulação do procedimento de Dispensa, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

17.4 - Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

Passa Vinte, 24 de abril de 2025.

Larissa de Almeida Arantes
Agente de Contratação



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO:

1.1 - Contratação de empresa prestadora de serviços especializados em Medicina e Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional, a fim de elaborar o Programa de Gerenciamento de Risco - PGR, o Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP, Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade - LTIP, elaborar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional PCMSO e seus possíveis desdobramentos e Laudo Técnico das Condições Ambientais no Trabalho – LTCAT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 -

Nº Item	Cód.	Descrição	Und.	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Tot.
0001	2480	SERVIÇOS - Elaboração, atualização e acompanhamento de Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT, descrito no artigo 58 da Lei 8.213/1991, de acordo com os cargos e funções para cada setor – Elaborar o LTCAT por meio de documento que identifique e ateste a existência de agentes nocivos, com potencial de comprometer a saúde e a integridade física e mental dos servidores, ou ainda, que possa colocá-los em situação de risco; – Registrar todas as condições ambientais de trabalho do servidor e identificar os riscos ambientais existentes, os agentes nocivos e sua concentração, bem como as medidas de prevenção que deverão ser adotadas;	Serviço	1	2.433,33	2.433,33
0002	2483	SERVIÇOS - Elaboração, atualização e acompanhamento do PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais: Deverá ser elaborado de acordo com a nova Norma Regulamentadora 01 – NR 01, da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho e Secretaria do Trabalho. O documento deve ser apresentado de forma impressa e digital, devendo estar separado por setores. Compreendendo	Serviço	1	3.266,67	3.266,67



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

		as seguintes medições: Medição de Calor – IBUTG. Medição de Dosimetria de Ruído. Medição de Agentes Químicos. Medição de Vibração VMB – Vibração de mãos e braços. Medição de Vibração VCI – Vibração de corpo inteiro				
0003	2481	SERVIÇOS - Elaboração de LIP - Laudo de Insalubridade e de Periculosidade. - Elaborar LTIP com o objetivo de averiguar as condições do ambiente do trabalho afim de determinar se o mesmo é insalubre ou perigoso, além de comprovar os riscos existentes para evitar passivo trabalhista. - Determinar através da elaboração do LTIP se há necessidade ou não do servidor receber o adicional de insalubridade ou periculosidade, assim como o grau de exposição do servidor. - No adicional de insalubridade, deverá ser apontado quais atividades ou agentes insalubres existem local de trabalho, como prevê a NR-15, - Analisar e quantificar os níveis de exposição, que na maioria dos casos, não estão evidentes: Grau Máximo – 40% Grau Médio – 20% Grau Mínimo – 10% - Oferecer alternativas para eliminar situações insalubres, visando minimizar ou neutralizar a exposição do colaborador a agentes nocivos através de medidas, como por exemplo, equipamento de proteção individual (EPI) adequados, treinamentos e capacitações.	Serviço	1	2.966,67	2.966,67
0004	2485	SERVIÇOS - Elaboração de PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) feito de forma individualizada de acordo com as regulamentações vigentes; Criar todo o histórico-laboral do trabalhador e reunir entre outras informações, dados administrativos, registros ambientais e resultados de monitoração biológica durante todo o período de vigência do contrato;	Serviço	20	68,33	1.366,60



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

0005	2604	SERVIÇOS - Elaboração do PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, completo, de acordo com as Normas Regulamentadoras, com base nos riscos ocupacionais identificados e classificados pelo Programa de Gerenciamento de Riscos-PGR; – O PCMSO deve incluir a avaliação do estado de saúde dos empregados em atividades críticas, considerando os riscos envolvidos em cada situação e a investigação de patologias que possam impedir o exercício de tais atividades com segurança; – O PCMSO deverá garantir que: a) Descreva os possíveis agravos à saúde relacionados aos riscos ocupacionais identificados e classificados no PGR; b) Contenha planejamento de exames médicos clínicos e complementares necessários, conforme os riscos ocupacionais identificados; c) Contenha os critérios de interpretação e planejamento das condutas relacionadas aos achados dos exames médicos; d) Seja conhecido e atendido por todos os médicos que realizarem os exames médicos ocupacionais dos empregados;	Serviço	1	2.400,00	2.400,00
------	------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------	---	----------	----------

Total Geral ==> 12.433,27

2 – JUSTIFICATIVA:

O órgão público, assim como qualquer outra instituição, está sujeito às Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial à NR-01 (que trata das disposições gerais sobre segurança e saúde no trabalho), à NR-7 (que trata do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO), e à NR-15 (que regula as condições de trabalho insalubres). Além disso, a Lei nº 8.213/91 e o Regulamento da Previdência Social exigem a elaboração de documentos como o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) e o Laudo Técnico de Condições Ambientais no Trabalho (LTCAT). A contratação de empresa especializada garante que o órgão público atenda integralmente essas obrigações legais, evitando riscos jurídicos e multas.

Assim a presente solicitação de despesa tem como objetivo a prestação de serviços nas áreas de medicina do trabalho, saúde ocupacional e segurança do trabalho, em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, além de outras normativas correlatas para garantir a integridade e o bem-estar dos colaboradores no ambiente de trabalho, sendo essencial o cumprimento rigoroso dos preceitos legais por parte tanto do órgão quanto dos funcionários. A contratação proposta



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

visa assegurar a continuidade da conformidade com essas normas, por meio da implementação de soluções específicas para cada necessidade, com foco na minimização de custos e riscos trabalhistas. Dessa forma, a contratação tem como objetivo central preencher uma lacuna importante, garantindo a continuidade eficaz dos serviços e o cumprimento dos princípios legais. Em suma, essa iniciativa representa um passo estratégico para garantir não apenas a conformidade legal, mas também a eficácia na gestão da saúde e segurança no trabalho, promovendo um ambiente mais seguro, saudável e produtivo, em linha com os padrões exigidos e as inovações do setor.

3.0 - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1 - O serviço do LTCAT – Laudo técnico das Condições Ambientais do Trabalho será realizado no endereço constante na Ordem de Serviço, de acordo com a demanda do Departamento solicitante.

3.1.1 - A avaliação deverá ser agendada entre os horários de 08h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, no Departamento Municipal de Recursos Humanos, com o Gestor do Contrato.

3.2 - A Contratada deverá fornecer todo e qualquer equipamento necessário para execução dos serviços, sem ônus adicional a Contratante.

3.3 - A empresa executora deverá fornecer todos os materiais e mão de obra capacitada necessária para a execução dos serviços.

3.4 – No decorrer da execução do objeto, os profissionais indicados poderão ser substituídos por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada previamente pela Contratante;

3.5 – Os laudos técnicos deverão ser elaborados no prazo máximo de **cinco (5) meses**. Caso este prazo não seja suficiente para a conclusão dos trabalhos, a empresa contratada deverá comunicar previamente à contratante, mediante **justificativa formal devidamente documentada**.

3.6 – A elaboração dos laudos será realizada conforme disposto na Cláusula 1.2, devendo os mesmos ser **assinados digitalmente** por profissional habilitado.

3.6.1 – Os laudos deverão ser entregues em **duas vias**:

- a) **Física**, impressos e devidamente encadernados;
- b) **Digital**, em formato **PDF**, por meio eletrônico ou mídia adequada.

3.7 – Elaboração e execução do **Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP)**, conforme as exigências legais e normativas vigentes.

4 – REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:

4.1 - Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

4.1.1 - Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado (s) de Capacidade Técnica.

4.2 - Documentos que deverão ser apresentados relativos à **habilitação jurídica**.

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

4.2.1 - Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

4.3 - Documentos que deverão ser apresentados relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

4.3.1 - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas **(CNPJ)**;

4.3.2 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

4.3.3 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**;

4.3.4 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**;

4.3.4.1 - Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

4.3.5 - Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**;

4.3.6 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa **(CNDT)**;

4.3.7 - A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

4.3.7.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

4.3.7.2 - A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 90, §5º da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

4.3.8 - Cópia da Cédula de Identidade dos sócios da empresa ou dos representantes das entidades **(RG)**.

4.4 - Documentos que deverão ser apresentados relativos à **Qualificação Econômica e financeira**:

4.4.1 - Certidão Negativa de Falência e Concordata/Recuperação Judicial e Extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da Comarca da licitante, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias para sua apresentação.



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

4.5 - Documentos que deverão ser apresentados relativos à **Qualificação Técnica e declarações:**

4.5.1 - Apresentação de um ou mais atestados ou certidões de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante tenha fornecido com regularidade o serviço na descrição do objeto;

4.5.2 - Registro no CNES (Cadastro Nacional de Empresas de Saúde);

4.5.3 - Comprovação de o proponente possuir em seu quadro de funcionários ou como prestador de serviços, na data prevista para entrega da proposta, de pelo menos 01 (um) profissional especializado em Segurança do Trabalho e um Médico do Trabalho, com vínculo empregatício ou contratual;

4.5.3.1 - A comprovação de vínculo do profissional com o licitante poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

4.5.3.1.1 - Carteira de trabalho e previdência social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante;

4.5.3.1.2 - Contrato social do licitante, em que conste o profissional como sócio;

4.5.3.1.3 - Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum;

4.5.3.1.4 - Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada da anuência do profissional.

4.5.4 - A empresa deverá fornecer comprovação de que seus profissionais estão registrados nos conselhos competentes, como o CRM (Conselho Regional de Medicina) para médicos do trabalho e CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) para engenheiros, entre outros.

4.5.5 - Apresentação de declaração formal de que tem disponibilidade no atendimento de todas as exigências técnicas mínimas da contratação em referência, relativas a instalações, equipamentos e pessoal técnico especializado, conforme necessidade do serviço.

4.5.6 - As empresas deverão apresentar, ainda, declaração de que possuem pleno conhecimento do objeto e da prestação do serviço, e que assumem total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante, relativamente ao objeto da Dispensa; **(conforme modelo anexo IV);**

4.5.7 - Declaração para fins do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos; **(conforme modelo anexo IV);**

4.5.8 - Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis; **(conforme modelo anexo IV);**

4.5.9 - Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos Inciso IV, do Artigo 63, da Lei n. 14.133/2024; **(conforme modelo anexo IV);**

4.5.10 - Declaração de que as propostas econômicas compreendem a Integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do §1º do Artigo 63, da Lei n. 14.333/2021;



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

(conforme modelo anexo IV);

4.5.11 - Declaração da própria empresa de que não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Municipal exercendo funções de gerência ou administração, conforme Artigo 1º, inciso X, da Lei Complementar Estadual nº 04/1990, ou servidor do Órgão/Entidade contratante em qualquer função, nos termos do Artigo 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021; **(conforme modelo anexo IV);**

4.5.12 - Declaração de que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o Órgão/Entidade contratante; **(conforme modelo anexo IV);**

4.5.13 - Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV do Artigo 1º e no Inciso III, do Artigo 5º, da Constituição Federal, bem como no Artigo 14, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021. **(conforme modelo anexo IV);**

4.5.14 - Declaração da empresa de que esta não foi declarada inidônea para contratar com o poder público, nos termos do Inciso IV, do Artigo 156, da Lei Federal 14.133/2021, conforme modelo **(conforme modelo anexo IV);**

4.5.15 - Declaração de que é ME, EPP ou MEI e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, Artigo 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e está apto a usufruir do tratamento estabelecido no Artigo 43, da Lei Complementar Federal nº 123/2006; **(conforme modelo anexo IV);**

5 – LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

5.1 – A prestação dos serviços deverá ser feita no local indicado na Ordem de Compra, acompanhada das notas fiscais/faturas, no prazo estipulado neste Edital e nas suas respectivas quantidades.

5.2 - Só serão aceitos os serviços que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes.

5.3 - A empresa adjudicatária responsabilizar-se-á pela qualidade das atividades cotadas e prestadas, especialmente para efeito de substituição, no prazo de 1 (um) dia, no caso de não atendimento ao solicitado.

6 – PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

6.1 – O Diretor do Departamento Municipal de Recursos Humanos, será o responsável pela fiscalização do Contrato, no que compete os itens, observando todos os aspectos contratados (prazos dos serviços, local de prestação, observância acerca da qualidade dos serviços contratados, manutenção da relação inicial entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento e serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato).

7 – PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00
Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

7.1 - O período de vigência do contrato será até 31 de dezembro de 2025, contados da data da assinatura do contrato, podendo este ser rescindido ou ter seu prazo prorrogado mediante termo aditivo, nos termos do artigo 105 e seguintes da Lei 14.133/21.

8 – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1- A aplicação de penalidade à licitante reger-se-á conforme o estabelecido no “Título IV”, “Capítulo I” da Lei Federal n.º 14.133/2021;

8.2. Nos termos do Art. 155 da Lei Federal n.º 14.133/2021 o licitante ou contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- 8.2.1- dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.2.2- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.2.3- dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.2.4- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.2.5- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.2.6- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.2.7- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.2.8- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 8.2.9- Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.2.10- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8.2.11- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetos da licitação;
- 8.2.12- praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;

8.3- Nos termos do Art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021 serão aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- 8.3.1- Advertência;
- 8.3.2- Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 02 (dois) dias úteis, caracterizando a inexecução parcial do mesmo;
- 8.3.3- Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato pela inadimplência além do prazo de 02 (dois) dias úteis, caracterizando a inexecução total do mesmo;
- 8.3.4- Impedimento de licitar e contratar;
- 8.3.5- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

8.4- Impedimento de licitar e contratar.

8.4.1- a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.4.2- As peculiaridades do caso concreto;

8.4.3- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.4.4- Os dados que dela provierem para a Administração Pública;

8.4.5- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

8.5- As demais orientações ou normas pertinentes às infrações e sanções administrativas seguirão em conformidade com os Arts. 155 a 163 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

9 – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE DESEMBOLSO

9.1 – Os serviços deverão ser prestados conforme solicitação do Departamento Municipal de Recursos Humanos

10 – DO PAGAMENTO

10.1 - O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Passa Vinte -MG, por processo legal, mediante apresentação da Nota Fiscal e fatura.

10.2 - O pagamento poderá realizado em até 30 dias mediante emissão e apresentação de Nota fiscal de Prestação de Serviço, pela CONTRATADA, correspondente ao(s) serviços(s) efetivamente entregues(s), de acordo com a solicitação e com a necessidade do Departamento Municipal de Turismo e Cultura, sujeito(s) a verificação a ser realizada pelo responsável do setor solicitante.

10.2.1 - A critério da administração, poderá ser realizado pagamento a cada jogo realizado, perfazendo um total correspondente aos jogos efetivamente realizados.

10.3 - A Nota Fiscal deverá ser emitida pela empresa vencedora da licitação, se a vencedora for a matriz a Nota Fiscal deverá ser emitida pela matriz, se for a filial a Nota Fiscal deverá ser emitida pela filial, sob pena de devolução da Nota Fiscal e o não pagamento da mesma.

10.4 - Caso haja quaisquer problemas na emissão da(s) nota(s), a(s) mesma(s) deverá (ao) ser trocada(s) e o prazo para pagamento só passa a contar a partir da data de sua correta reapresentação.

10.5 - No caso de aplicação de alguma multa o pagamento ficará sobrestado até a integral quitação da mesma. A contratante poderá, se assim entender, descontar o valor de multas por ventura aplicadas, em quaisquer pagamentos que realizar à contratada.

11 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - A gestão/fiscalização do contrato será realizada pelo Diretor do Departamento Municipal de



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

Recursos Humanos, do Município de Passa Vinte -MG.

11.2 – Os serviços serão formalizados em Contrato Administrativo e outro instrumento, estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes e a empresa considerada vencedora.

11.3 – O contrato será acompanhado e fiscalizado pelo Diretor do Departamento Municipal de Recursos Humanos, nos termos do art. 117, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.4 - O representante do Departamento Municipal de Recursos Humanos, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 – As despesas necessárias à execução do serviço correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Municipal nº:

- **3.3.90.39.00.2.01.00.04.122.0002.2.0006 1.500.000 DESENVOLVIMENTO ATIVIDADES GABINETE E SECRETARIA**

13 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

13.1 - A empresa vencedora ficará responsável pela prestação de serviço no local e data pré estabelecida e infirmado junto a autorização de fornecimento (ordem de serviço);

13.2 – Exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços por parte do fornecedor, diretamente ou por meio de preposto designado, podendo para isso ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição do empregado do fornecedor, que no conceito da fiscalização não possua qualidade técnica desejável ou que embaraçar, ou dificultar a fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

Passa Vinte, 24 de abril de 2025

Guilherme Evaldo da Silva
Diretor do Departamento Municipal de Recursos Humanos

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00
Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2025
DISPENSA Nº. 018/2025

Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviços especializados em Medicina e Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional, a fim de elaborar o Programa de Gerenciamento de Risco - PGR, o Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP, Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade - LTIP, elaborar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional PCMSO e seus possíveis desdobramentos e Laudo Técnico das Condições Ambientais no Trabalho – LTCAT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Nº Item	Cód.	Descrição	Und.	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Tot.
0001	2480	SERVIÇOS - Elaboração, atualização e acompanhamento de Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT, descrito no artigo 58 da Lei 8.213/1991, de acordo com os cargos e funções para cada setor – Elaborar o LTCAT por meio de documento que identifique e ateste a existência de agentes nocivos, com potencial de comprometer a saúde e a integridade física e mental dos servidores, ou ainda, que possa colocá-los em situação de risco; – Registrar todas as condições ambientais de trabalho do servidor e identificar os riscos ambientais existentes, os agentes nocivos e sua concentração, bem como as medidas de prevenção que deverão ser adotadas;	Serviço	1		
0002	2483	SERVIÇOS - Elaboração, atualização e acompanhamento do PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais: Deverá ser elaborado de acordo coma nova Norma Regulamentadora 01 – NR 01, da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho e Secretaria do Trabalho. O documento deve ser apresentado de forma impressa e digital, devendo estar separado por setores. Compreendendo as seguintes medições: Medição de Calor – IBUTG. Medição de Dosimetria de Ruído. Medição de Agentes	Serviço	1		

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00
Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

		Químicos. Medição de Vibração VMB – Vibração de mãos e braços. Medição de Vibração VCI – Vibração de corpo inteiro				
0003	2481	SERVIÇOS - Elaboração de LIP - Laudo de Insalubridade e de Periculosidade. - Elaborar LTIP com o objetivo de averiguar as condições do ambiente do trabalho afim de determinar se o mesmo é insalubre ou perigoso, além de comprovar os riscos existentes para evitar passivo trabalhista. - Determinar através da elaboração do LTIP se há necessidade ou não do servidor receber o adicional de insalubridade ou periculosidade, assim como o grau de exposição do servidor. - No adicional de insalubridade, deverá ser apontado quais atividades ou agentes insalubres existem local de trabalho, como prevê a NR-15, - Analisar e quantificar os níveis de exposição, que na maioria dos casos, não estão evidentes: Grau Máximo – 40% Grau Médio – 20% Grau Mínimo – 10% - Oferecer alternativas para eliminar situações insalubres, visando minimizar ou neutralizar a exposição do colaborador a agentes nocivos através de medidas, como por exemplo, equipamento de proteção individual (EPI) adequados, treinamentos e capacitações.	Serviço	1		
0004	2485	SERVIÇOS - Elaboração de PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) feito de forma individualizada de acordo com as regulamentações vigentes; Criar todo o histórico-laboral do trabalhador e reunir entre outras informações, dados administrativos, registros ambientais e resultados de monitoração biológica durante todo o período de vigência do contrato;	Serviço	20		
0005	2604	SERVIÇOS - Elaboração do PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, completo, de acordo com as Normas Regulamentadoras, com	Serviço	1		

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00
Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

		base nos riscos ocupacionais identificados e classificados pelo Programa de Gerenciamento de Riscos- PGR; – O PCMSO deve incluir a avaliação do estado de saúde dos empregados em atividades críticas, considerando os riscos envolvidos em cada situação e a investigação de patologias que possam impedir o exercício de tais atividades com segurança; – O PCMSO deverá garantir que: a) Descreva os possíveis agravos à saúde relacionados aos riscos ocupacionais identificados e classificados no PGR; b) Contenha planejamento de exames médicos clínicos e complementares necessários, conforme os riscos ocupacionais identificados; c) Contenha os critérios de interpretação e planejamento das condutas relacionadas aos achados dos exames médicos; d) Seja conhecido e atendido por todos os médicos que realizarem os exames médicos ocupacionais dos empregados;				
--	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--

PROPOSTA:

Valor Global da Proposta;

Validade da Proposta 60 dias;

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada.

Razão social;

Nº do CNPJ:

Endereço:

Apresentamos nossa proposta conforme o Item e preço, estabelecidos no Edital.

Cidade, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do Responsável CPF: _____

Obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE Nº _____/2025

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

Contrato, que entre si fazem, de um lado, como CONTRATANTE, o **MUNICÍPIO DE PASSA VINTE**, e de outro, como CONTRATADA, a pessoa Jurídica -----
-----de conformidade com as cláusulas estabelecidas abaixo:

PROCESSO DE LICITATÓRIO N° 056/2025
DISPENSA N ° 018/2025

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA VINTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.338.210/0001-50, com sede na Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, em Passa Vinte - MG, CEP 37.330-000, neste ato denominado CONTRATANTE, representada pelo Diretor do Departamento Municipal de Recursos Humanos, **Guilherme Evaldo da Silva**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 041.330.696-84, e do outro lado a empresa _____, inscrito no CNPJ _____, localizada na _____, CEP _____, representada _____ por brasileiro (a), inscrita no CPF sob o nº _____, celebram de comum acordo o presente **CONTRATO**, referente a Dispensa nº 018/2025, conforme conclusão do julgamento na Sessão Pública, **TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, e em conformidade com o Procedimento Licitatório nº 056/2025 – Dispensa nº 018/2025 e na forma da Lei Federal de nº 14.133/21 e Lei Complementar nº 123/2006, ficam contratadas mediante as cláusulas e condições como a abaixo especificadas:

1 - DO OBJETO

1.1- Constitui objeto desta Dispensa de Licitação a Contratação de empresa prestadora de serviços especializados em Medicina e Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional, a fim de elaborar o Programa de Gerenciamento de Risco - PGR, o Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP, Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade - LTIP, elaborar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional PCMSO e seus possíveis desdobramentos e Laudo Técnico das Condições Ambientais no Trabalho – LTCAT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO, DO VALOR, DO REAJUSTE E DO PAGAMENTO

2.1 - DO PRAZO;

2.1.1 O prazo de vigência deste Contrato Administrativo será a partir da assinatura, até o dia 31 de dezembro de 2025.

2.1.2 Sendo fixado prazo inferior ao referido no subitem anterior, este poderá ser acrescido, desde que haja saldo a fornecer.

2.3 - DO VALOR

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00
Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

2.3.1 - Como remuneração, pagará o Município à **Contratada** a importância de R\$ _____.

2.3.2 –

Nº Item	Cód.	Descrição	Und.	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Tot.
0001	2480	SERVIÇOS - Elaboração, atualização e acompanhamento de Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT, descrito no artigo 58 da Lei 8.213/1991, de acordo com os cargos e funções para cada setor – Elaborar o LTCAT por meio de documento que identifique e ateste a existência de agentes nocivos, com potencial de comprometer a saúde e a integridade física e mental dos servidores, ou ainda, que possa colocá-los em situação de risco; – Registrar todas as condições ambientais de trabalho do servidor e identificar os riscos ambientais existentes, os agentes nocivos e sua concentração, bem como as medidas de prevenção que deverão ser adotadas;	Serviço	1		
0002	2483	SERVIÇOS - Elaboração, atualização e acompanhamento do PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais: Deverá ser elaborado de acordo coma nova Norma Regulamentadora 01 – NR 01, da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho e Secretaria do Trabalho. O documento deve ser apresentado de forma impressa e digital, devendo estar separado por setores. Compreendendo as seguintes medições: Medição de Calor – IBUTG. Medição de Dosimetria de Ruído. Medição de Agentes Químicos. Medição de Vibração VMB – Vibração de mãos e braços. Medição de Vibração VCI – Vibração de corpo inteiro	Serviço	1		
0003	2481	SERVIÇOS - Elaboração de LIP - Laudo de Insalubridade e de Periculosidade. - Elaborar LTIP com o objetivo de	Serviço	1		



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

		averiguar as condições do ambiente do trabalho afim de determinar se o mesmo é insalubre ou periculoso, além de comprovar os riscos existentes para evitar passivo trabalhista. - Determinar através da elaboração do LTIP se há necessidade ou não do servidor receber o adicional de insalubridade ou periculosidade, assim como o grau de exposição do servidor. - No adicional de insalubridade, deverá ser apontado quais atividades ou agentes insalubres existem local de trabalho, como prevê a NR-15, - Analisar e quantificar os níveis de exposição, que na maioria dos casos, não estão evidentes: Grau Máximo – 40% Grau Médio – 20% Grau Mínimo – 10% - Oferecer alternativas para eliminar situações insalubres, visando minimizar ou neutralizar a exposição do colaborador a agentes nocivos através de medidas, como por exemplo, equipamento de proteção individual (EPI) adequados, treinamentos e capacitações.				
0004	2485	SERVIÇOS - Elaboração de PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) feito de forma individualizada de acordo com as regulamentações vigentes; Criar todo o histórico-laboral do trabalhador e reunir entre outras informações, dados administrativos, registros ambientais e resultados de monitoração biológica durante todo o período de vigência do contrato;	Serviço	20		
0005	2604	SERVIÇOS - Elaboração do PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, completo, de acordo com as Normas Regulamentadoras, com base nos riscos ocupacionais identificados e classificados pelo Programa de Gerenciamento de Riscos- PGR; – O PCMSO deve incluir a avaliação do estado de saúde dos empregados em atividades críticas, considerando os riscos envolvidos em cada situação e a investigação de	Serviço	1		

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00
Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

		patologias que possam impedir o exercício de tais atividades com segurança; – O PCMSO deverá garantir que: a) Descreva os possíveis agravos à saúde relacionados aos riscos ocupacionais identificados e classificados no PGR; b) Contenha planejamento de exames médicos clínicos e complementares necessários, conforme os riscos ocupacionais identificados; c) Contenha os critérios de interpretação e planejamento das condutas relacionadas aos achados dos exames médicos; d) Seja conhecido e atendido por todos os médicos que realizarem os exames médicos ocupacionais dos empregados;				
--	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--

2.4 - DO PAGAMENTO;

2.4.1 O Município de Passa Vinte/MG procederá ao pagamento à contratada em até 30 (trinta) dias após a apresentação da(s) nota(s) fiscal (is).

2.4.2 Os documentos fiscais deverão ser encaminhados a Prefeitura e deverão ser emitidos pela contratada em nome das mesmas.

2.4.3 - Caso haja quaisquer problemas na emissão da(s) nota(s), a(s) mesma(s) deverá (ao) ser trocada(s) e o prazo para pagamento só passa a contar a partir da data de sua correta reapresentação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s) para o exercício de 2025:

- **3.3.90.39.00.2.01.00.04.122.0002.2.0006 1.500.000 DESENVOLVIMENTO ATIVIDADES GABINETE E SECRETARIA**

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 Responder pela perfeita execução do objeto do presente contrato;

4.2 - Entregar os serviços e ou produto(s) dentro dos padrões de qualidade;

4.3 - Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços, dos produtos e materiais utilizados quando necessário, substituindo ou refazendo os serviços que apresentarem qualquer tipo de vício ou

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00
Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes desta Minuta, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive a rescisão contratual;

4.4 – Executar o serviço solicitado, bem como os encargos previdenciários, trabalhistas e outros de qualquer natureza decorrentes da execução do Contrato;

4.5 - Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do Contrato, durante toda a sua vigência;

4.6 - Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria, especialmente a indicada no contrato, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos serviços e dos resultados obtidos, preservando o contratante de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA;

4.7 Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados pela contratada, seus empregados ou prepostos, ao contratante ou a terceiros;

4.8 Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive quanto a todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

4.9 Exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços por parte do fornecedor, diretamente ou por meio de preposto designado, podendo para isso ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição do empregado do fornecedor, que no conceito da fiscalização não possua qualidade técnica desejável ou que embaraçar, ou dificultar a fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

4.10 - O serviço do LTCAT – Laudo técnico das Condições Ambientais do Trabalho será realizado no endereço constante na Ordem de Serviço, de acordo com a demanda do Departamento solicitante.

3.1.1 - A avaliação deverá ser agendada entre os horários de 08h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, no Departamento Municipal de Recursos Humanos, com o Gestor do Contrato.

4.11 - A Contratada deverá fornecer todo e qualquer equipamento necessário para execução dos serviços, sem ônus adicional a Contratante.

4.12 - A empresa executora deverá fornecer todos os materiais e mão de obra capacitada necessária para a execução dos serviços.

4.13 – No decorrer da execução do objeto, os profissionais indicados poderão ser substituídos por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada previamente pela Contratante;

4.14 – Os laudos técnicos deverão ser elaborados no prazo máximo de **cinco (5) meses**. Caso este prazo não seja suficiente para a conclusão dos trabalhos, a empresa contratada deverá comunicar



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

previamente à contratante, mediante **justificativa formal devidamente documentada**.

4.15 – A elaboração dos laudos será realizada conforme disposto na Cláusula 1.2, devendo os mesmos ser **assinados digitalmente** por profissional habilitado.

4.15.1 – Os laudos deverão ser entregues em **duas vias**:

- a) **Física**, impressos e devidamente encadernados;
- b) **Digital**, em formato **PDF**, por meio eletrônico ou mídia adequada.

4.16 – Elaboração e execução do **Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP)**, conforme as exigências legais e normativas vigentes.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 - Efetuar pagamento à contratada no prazo e forma estipulados neste contrato, mediante a entrega de Nota Fiscal/Fatura, de conformidade com as autorizações expedidas pelo Executivo Municipal;

5.2 - Honrar pontualmente os compromissos financeiros e legais resultantes deste contrato;

CLÁUSULA SEXTA - DAS MODIFICAÇÕES E/OU ALTERAÇÕES

6.1 - Qualquer modificação de forma ou quantidade (acréscimos ou redução) dos serviços, objeto deste contrato, poderá ser determinada pela contratante mediante assinatura de Termos Aditivos, observadas as normas legais vigentes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

7.1 - O Departamento Municipal de Recursos Humanos, através do Diretor do Departamento, Guilherme Evaldo da Silva, tem a responsabilidade para receber, autorizar, conferir e fiscalizar o objeto deste contrato, nos termos do artigo 117 da Lei Federal no 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1- A aplicação de penalidade à licitante rege-se-á conforme o estabelecido no “Título IV”, “Capítulo I” da Lei Federal n.º 14.133/2021;

8.2. Nos termos do Art. 155 da Lei Federal n.º 14.133/2021 o licitante ou contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- 8.2.1- dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.2.2- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.2.3- dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.2.4- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00
Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

- 8.2.5- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 8.2.6- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 8.2.7- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 8.2.8- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 8.2.9- Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 8.2.10- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 8.2.11- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetos da licitação;
 - 8.2.12- praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- 8.3- Nos termos do Art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021 serão aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- 8.3.1- Advertência;
- 8.3.2- Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 02 (dois) dias úteis, caracterizando a inexecução parcial do mesmo;
- 8.3.3- Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato pela inadimplência além do prazo de 02 (dois) dias úteis, caracterizando a inexecução total do mesmo;
- 8.3.4- Impedimento de licitar e contratar;
- 8.3.5- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

8.4- Impedimento de licitar e contratar.

- 8.4.1- a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 8.4.2- As peculiaridades do caso concreto;
 - 8.4.3- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 8.4.4- Os dados que dela provierem para a Administração Pública;
 - 8.4.5- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- 8.5- As demais orientações ou normas pertinentes às infrações e sanções administrativas seguirão em conformidade com os Arts. 155 a 163 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA NOVA - DA EXTINÇÃO

9.1 - Nos termos do artigo 137 da Lei 14.133/21, a rescisão do presente contrato poderá ser determinada da seguinte forma:

9.1.1 - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00
Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

descumprimento decorrente de sua própria conduta;

9.1.2 - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

9.1.3 - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

9.2 - A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

9.3 - Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

CLÁUSULA DÉCIMA - DA INDENIZAÇÃO

10.1 - Ocorrendo a rescisão, à contratada caberá receber o valor dos serviços entregues até a data da rescisão, desde que observado o item 8.3 da cláusula IX do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Aiuruoca, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais especial que seja.

E, por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Passa Vinte, ____ de _____ de 2025

Guilherme Evaldo da Silva
Município de Passa Vinte – MG
CNPJ nº 18.008.888/0001-74
Contratante

Contratado
CNPJ

Testemunhas:

Nome

1. _____

Nome:

2. _____

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00
Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÕES SIMPLIFICADO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2025
DISPENSA Nº 018/2025

OBJETO: Constitui objeto desta Dispensa de Licitação a Contratação de empresa prestadora de serviços especializados em Medicina e Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional, a fim de elaborar o Programa de Gerenciamento de Risco - PGR, o Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP, Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade - LTIP, elaborar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional PCMSO e seus possíveis desdobramentos e Laudo Técnico das Condições Ambientais no Trabalho – LTCAT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

_____ (Nome da Empresa), CNPJ Nº _____,
sediada na Rua _____, nº _____, bairro _____,
CEP _____,
Município _____, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado na Minuta de Credenciamento em epígrafe, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- 1 – Declaro que a empresa possui pleno conhecimento do objeto e da prestação do serviço, e que assumem total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante, relativamente ao objeto da Dispensa;
- 2 – Declaro para fins do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos;
- 3 – Declaro que a empresa está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;
- 4 – Declaro que a empresa cumpre das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos Inciso IV, do Artigo 63, da Lei n. 14.133/2024;
- 5 - Declaro que as propostas econômicas compreendem a Integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do §1º do Artigo 63, da Lei n. 14.333/2021;
- 6 – Declaro que empresa não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

Executivo Municipal exercendo funções de gerência ou administração, conforme Artigo 1º, inciso X, da Lei Complementar Estadual nº 04/1990, ou servidor do Órgão/Entidade contratante em qualquer função, nos termos do Artigo 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

7 – Declaro que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o Órgão/Entidade contratante;

8 – Declaro que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV do Artigo 1º e no Inciso III, do Artigo 5º, da Constituição Federal, bem como no Artigo 14, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021;

9 – Declaro que a empresa não foi declarada inidônea para contratar com o poder público, nos termos do Inciso IV, do Artigo 156, da Lei Federal 14.133/2021;

10 – Declaro que é ME, EPP ou MEI e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, Artigo 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e está apto a usufruir do tratamento estabelecido no Artigo 43, da Lei Complementar Federal nº 123/2006;

Cidade - UF _____, _____ de 2025.

Assinatura do representante legal sob carimbo
CNPJ da empresa